

NÍVEL: SUPERIOR
DISCIPLINA: NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 02.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato solicita mudança do gabarito preliminar da alternativa (D) para a alternativa (A), argumentando que “[...]Tanto o protocolo HTTP como o HTTPS estão relacionados a páginas da web, com e sem criptografia respectivamente, sendo que esta criptografia pode ser realizada por dois protocolos (o “S” de httpS pode ser tanto o protocolo SSL quanto o TLS). INFORMAÇÃO ESTA QUE CONCORDA COM OS ITENS I E III DA QUESTÃO.”

JUSTIFICATIVA:

De acordo com os autores Tanenbaum (2003) e Keith W. / Jim (2013), os protocolos HTTP (Hyper Text Transfer Protocol) e HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure) são usados para a transferência de dados na internet, com a diferença que no HTTPS, adiciona-se alguns princípios de segurança, como confidencialidade, integridade e autenticação, com o SSL (**Secure Sockets Layer**) ou, seu sucessor, o TLS (**Transport Layer Security**). TLS ou SSL são camadas de segurança que fornecem confidencialidade e integridade.

Quanto ao FTP (File Transfer Protocol), que é um Protocolo de Transferência de Arquivos, é uma das várias formas de transferir arquivos via internet. Normalmente, são utilizados programas clientes especiais para o protocolo FTP, mas é possível realizar a transferência de arquivos por meio da maioria dos softwares do tipo navegador Internet existentes. A transferência dos arquivos ocorre entre um computador cliente (solicitante da conexão para transferência) e o computador servidor (aquele que recebe a solicitação de transferência). O detalhe interessante é que este protocolo utiliza duas portas de comunicação ao mesmo tempo: uma para controlar a conexão e outra para transmitir os arquivos.

Portanto, ele não é utilizado para enviar mensagens eletrônicas em formato HTML ou qualquer outro formato.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Tanenbaum, Andrew S. - Redes de Computadores - Rio de Janeiro: Campus, 2003. Vandenberg D. Souza - tradução de Computer Networks, 4th ed.

Ross, Keith W. / Kurose, Jim. - Redes de Computadores e A Internet - Uma Abordagem Top-Down - 6ª Ed. 2013. Pearson Education – Br.

QUESTÃO 04.

SITUAÇÃO: Recursos Procedentes.

RECURSOS:

Os candidatos recorrentes solicitam a alteração do gabarito argumentando que a alternativa (B) seria a correta. Solicita-se também a anulação da questão alegando que: a afirmativa I estaria incorreta, não haveria alternativa a ser marcada; que as afirmativas I e II estariam incorretas e ainda, que as afirmativas I e III estariam incorretas.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Support Microsoft, as teclas Ctrl + Z refaz o grupo das últimas ações desfeitas e Ctrl+Y são utilizadas para desfazer o grupo das últimas ações.

O pleito é procedente para a alteração do gabarito, pois a alternativa (B) refere-se às afirmativas II e III como corretas. A alternativa (D) está incorreta, pois considera indistintamente que todas as alternativas estão corretas, enquanto que a função do atalho Ctrl + A é selecionar todos os itens em um documento ou em uma janela.

Os recursos solicitando a anulação são improcedentes, pois é possível, diante dos argumentos acima citados, alterar o gabarito preliminar.

Dessa forma a resposta do gabarito deve ser alterada para ALTERNATIVA (B)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SUPPORT MICROSOFT. Atalhos de teclado no Windows 7. Disponível em:< <https://support.microsoft.com/pt-br/help/12445/windows-keyboard-shortcuts>>. Acesso em: 01 de março 2017.

SUPPORT MICROSOFT. Atalhos de teclado do Microsoft Word no Windows. https://support.office.com/pt-br/article/Atalhos-de-teclado-do-Microsoft-Word-no-Windows-95ef89dd-7142-4b50-afb2-f762f663ceb2#OfficeVersion=2016,_2013

QUESTÃO 05.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato solicita a anulação da questão alegando que as alternativas (B) e (C) estariam corretas. Argumenta que “[...] os monitor touchscreen são considerado periféricos mistos, e a questão não especifica que tipo de monitor.”

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois segundo os autores Marçula e Benini Filho (2013) e Capron (2004) existem três tipos de periféricos: os de entrada, de saída e de entrada/saída ou mistos. Sendo o teclado um dos principais periféricos de entrada, que permite o utilizador inserir dados através de diversas teclas, inclusive com combinações. O monitor é o principal periférico de saída, pois exibe ao utilizador as principais informações do sistema. Ainda de acordo com os autores, os monitores touchscreen possuem sensores na tela que captam o toque e até a intensidade desse toque para poderem simular o mouse. Enquanto que os monitores comuns possuem apenas vidro na tela, quando muito uma película anti-reflexiva.

Na questão em discussão, em momento algum, foi citado periféricos de entrada/saída ou mistos, no qual estão enquadrados os monitores touchscreen.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Marçula, M.; Benini Filho, P.A. - **Informática: Conceitos e Aplicações** - 4ª Ed. 2013. 408 páginas Ed. Erica.

Capron, Harriet L. - **Introdução à Informática** - 8ª Ed. 2004. 350 páginas. Editora: Pearson.

QUESTÃO 10.

SITUAÇÃO: Recurso Procedente.

RECURSOS:

Um recursante destaca que a única afirmativa correta é a II, solicitando alteração do gabarito de (C) para (A), uma vez que não existe oração sem verbo. Outro solicita a alteração do gabarito de (C) para (D), pois a conjunção “mas” é subordinativa, correspondendo à oração subordinada adverbial concessiva.

JUSTIFICATIVA:

Na afirmativa IV, o comando questiona sobre a conjunção, “Segundo”, afirmando-se que inicia uma oração e “exprime a conformidade de um pensamento com o da oração principal”. Há a oração: “São Paulo tem 170 km² [...]”, no entanto, “segundo Resende” não se configura como oração, não sendo possível afirmar que “segundo” é uma conjunção que inicia uma oração que estará em conformidade com a oração principal. Tendo em vista essa constatação, a afirmativa IV passa a ser incorreta.

Na afirmativa III, a conjunção “mas” não é subordinativa, trata-se de uma “conjunção coordenativa” que liga duas orações (CUNHA; CINTRA, 2007): (I) “O gestor público ainda insiste no mito de que a redução dos congestionamentos é o objetivo de todas as políticas de mobilidade,” (II) mas Los Angeles, por exemplo, tem 400 km diários de congestionamento [...]”. Dessa forma, a afirmativa III é mantida como incorreta.

A única assertiva correta é a II. As demais (I, III e IV) estão incorretas.

A resposta do gabarito deve ser alterada para ALTERNATIVA (A).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

QUESTÃO 11.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante assevera que a afirmativa I está correta e que, por isso, o gabarito da questão é (C) e não (B), conforme consta no gabarito provisório.

JUSTIFICATIVA:

Na assertiva I, afirma-se que há sujeito composto: “Suas recomendações têm como base a constatação” (3.º parágrafo)”. Trata-se de uma assertiva incorreta, pois, segundo Cunha e Cintra (2007, p. 126), “é composto o sujeito que tem mais de um núcleo, ou seja, mais de um sujeito constituído”. O sujeito da oração é simples: “Suas recomendações”, uma vez que tem apenas um núcleo, ou seja, o verbo se refere a um só substantivo: “recomendações”.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

QUESTÃO 12.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os recursantes solicitam a alteração do gabarito. Dois deles argumentam que apenas a afirmativa III está correta e que, por este motivo, o gabarito deveria passar de (C) para (B). Outro recursante solicita a alteração do gabarito de (C) para (D), pois apenas as afirmativas II e III estão corretas. Por fim, solicita-se a alteração de gabarito de (C) para (A), considerando-se apenas a afirmativa I como correta.

JUSTIFICATIVA:

A afirmativa I trata-se de afirmativa correta, pois nos textos I e II é destacado, como possível solução para a mobilidade urbana, o transporte de massa. No texto I, Resende afirma, no 1.º parágrafo, que “Pensar em soluções para mobilidade urbana não pode se resumir a criar ou expandir sistemas de transporte, mas sim integrar um conjunto de ações”, ações essas que perpassam o transporte de massa, assim como o autor destaca, no 9.º parágrafo: “Não adianta apenas focar em obras sem transporte de massa” (grifo nosso), acrescentando um exemplo que se refere a um transporte de massa: o metrô (10.º parágrafo). Dessa forma, “uma das soluções possíveis”, em diálogo com outras soluções para a mobilidade urbana presentes no texto I, é o transporte de massa, e não o transporte individual que promove a “segregação” e “retroalimenta o caos” nas cidades (10.º e 12.º parágrafos).

A afirmativa II está incorreta, pois em nenhum momento do texto II afirmou-se: “o transporte individual como o meio mais eficiente para a mobilidade urbana” (grifo nosso). Tanto que no texto, há o questionamento: “qual o meio mais eficiente para cinquenta pessoas chegarem ao trabalho?”, cabendo ao leitor decidir pelas opções “A” ou “B”.

A afirmativa III configura-se como correta em relação à leitura dos textos I e II, pois é possível afirmar que o texto II dialoga com a afirmação de Resende (Texto I) de que as cidades vivem uma escolha entre o caos e a prosperidade (3.º parágrafo). Ao mesmo tempo em que os sujeitos, na cidade, adquirem e utilizam seu meio de transporte individual, promove-se a “segregação” e “o caos” nas cidades, representados na opção “A” do texto II.

Houve referência ao texto I e também ao texto II para responder as questões de 12 a 14. As questões 12 e 13, respectivamente, questionavam sobre os textos I e II, havendo a referência a essa especificação em cada comando: “12. Analise as afirmativas a seguir em relação à leitura dos textos I e II”; “13. Após a leitura dos textos I e II, marque a alternativa **INCORRETA** quanto à relação entre eles”, cabendo ao candidato relacionar as ideias dos textos.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

QUESTÃO 13.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante solicita a alteração do gabarito de (A) para (B), pois, no texto I, Resende critica a ideia de criação de mais vias como solução para os problemas de mobilidade urbana, sendo preciso focar no transporte de massa, expresso, no texto II, opção “B”.

JUSTIFICATIVA:

A alternativa (A) é gabarito da questão, que solicitou ao candidato assinalar a alternativa incorreta quanto à relação entre os textos I e II. No texto I, Resende afirma que, no Brasil “não há [opção para aqueles que optam por não usar o transporte individual]”, já em Los Angeles, há alternativas para quem opta por não utilizar o transporte individual: “[...] a diferença entre a cidade norte-americana e São Paulo ou Bangalore, na Índia, é que lá trata-se de uma opção”. Além disso, no texto II, não são apresentadas “opções eficientes de locomoção os transportes individual e de massa”, mas sim o leitor é levado a inferir qual das opções representa uma solução eficiente para a mobilidade urbana.

A alternativa (B) não é o gabarito da questão, mas está correta segundo os textos, pois realmente, no texto I, Resende critica a ideia de que a criação de mais vias é a solução para os problemas da mobilidade urbana: “[...] criar vias só beneficia o carro. “Não adianta apenas focar em obras sem transporte de massa” (8.º e 9.º parágrafos), sendo preciso focar no uso do transporte de massa, como constatado, por exemplo, no texto II, em sua opção “B”.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

QUESTÃO 14.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante solicita a alteração do gabarito de (A) para (B), pois as alternativas (A), (C) e (D) estão com o emprego adequado da regência verbal na oração.

JUSTIFICATIVA:

A alternativa (A) é gabarito da questão, que solicitou ao candidato assinalar a alternativa incorreta quanto ao emprego adequado da regência verbal. De acordo com Terra (2000), o verbo “chegar” exige a preposição “a”, e não a preposição “em”, assim como consta na alternativa A: “O melhor meio para a pessoa chegar no trabalho é o transporte individual” (grifo nosso). As alternativas B, C e D apresentam regência verbal correta (“leva as pessoas ao carro”; “aspira a soluções”; “assistem ao caos”) e, por isso, não são gabarito da questão.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TERRA, E. T. *Curso prático de gramática*. São Paulo: Scipione, 2000.

QUESTÃO 15.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

Alega o recorrente que na questão há duas alternativas incorretas a serem assinaladas, quais sejam, as letras (A) e (D), alegando conter erro na redação da alternativa (D).

JUSTIFICATIVA:

Como não há dúvidas de que a alternativa (A) está incorreta, passa-se a análise da alternativa (D) suscitada pelo candidato. Verifica-se que o texto da alternativa (D) é cópia integral do inciso IV do art. 44 da Lei n. 9.394/1996. Nesse sentido, a banca julgadora avalia o recurso como improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

QUESTÃO 20.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recorrente solicita a anulação da questão argumentando que a alternativa (D) desconsidera os casos de exceção nos quais não se aplica demissão, constantes no parágrafo único do art. 117 da Lei n. 8.112/1990.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante, esclarecemos que a hipótese da alternativa "D" encontra-se descrita no artigo 117, inciso X da Lei 8.112/90 e, no caso de falta funcional tipificada nessa hipótese, implica na aplicação da pena de demissão, nos termos do artigo 132, inciso XIII da mesma Lei, não havendo nenhuma incoerência com o pedido no enunciado da questão ou com o gabarito publicado.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm.

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que segundo diversos autores as quatro funções administrativas são: Planejamento, Organização, Direção e Controle. Solicita-se anulação da questão, afirmando que as alternativas (C) e (D) estariam incorretas.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois assim como a função administrativa de planejamento está descrita na questão através do verbo (ato, ação de) planejar, a função direção está identificada pelo verbo liderar. Encontramos no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa o seguinte conceito de liderar: "Dirigir na condição de líder [...]".

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAXIMILIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8a. Ed. Editora Atlas, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4a. Ed. Editora Positivo. Paraná, 2009.

QUESTÃO 28.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os candidatos requerem a anulação da questão por considerarem que: as alternativas (C) e (D) estariam incorretas; as alternativas (B) e (D) estariam incorretas; todas as alternativas estariam corretas e ainda, que a alternativa (D) estaria correta. Solicita-se também a alteração do gabarito para a alternativa (C).

JUSTIFICATIVA:

Segundo Maximiliano (2011, p. 345), "Os projetos são atividades ou empreendimentos que têm começo e fim programados, e que devem fornecer um produto final singular. O produto do objeto é definido em função de um problema, oportunidade ou interesse de uma pessoa ou organização, que é o cliente do projeto". Sendo assim, a alternativa (A) está **correta**.

A alternativa (B) também está **correta**, como podemos verificar em Maximiliano (2011, p. 354):

Sem projeto não haveria mudanças. Os **projetos sempre (grifo nosso)** têm compromisso com a evolução, que transforma a situação presente e a leva para um novo patamar. Isso acontece com produtos, tecnologias, idéias [...] - em todos os campos das atividades humanas os projetos estão presentes, promovendo a mudança e a resolução de problemas.

Do mesmo modo, a alternativa (C) está **correta**, como podemos verificar em Maximiliano (2011, p. 351) "Escopo (grifo do autor) é a palavra usada para indicar o trabalho a ser executado pelo projeto - não as atividades, mas o produto que será fornecido".

A alternativa (D) está **incorreta**, conforme consta no gabarito divulgado. "O planejamento dos prazos, custos e riscos de um projeto **não é um estágio** (grifo nosso) com início e fim estabelecidos. É um processo contínuo, que começa junto com a definição do produto e acompanha todo o ciclo de vida do projeto. Em todos os momentos [...]". Diante do exposto, a única alternativa a ser assinalada como incorreta seria a letra (D).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAXIMILIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8a. Ed. Editora Atlas, 2011.

QUESTÃO 30.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os requerentes alegam que a questão deve ser anulada, justificando que as alternativas (B) e (D) estariam corretas.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois diante do enunciado da questão: "Na departamentalização, a descentralização é uma vantagem porque..." a única alternativa que completa corretamente o solicitado é a letra (B), pois as demais, apresentam vantagens da centralização, conforme pode ser constatado em Chiavenato (2003, p. 162), "A centralização foi valorizada no passado devido às seguintes vantagens: as decisões são tomadas por administradores que possuem

visão global da empresa; as decisões são mais consistentes com os objetivos empresariais globais; a centralização elimina esforços duplicados de vários tomadores de decisão e reduz custos operacionais; [...]."

Diante do exposto a única alternativa que corresponde a uma vantagem da descentralização é a alternativa (B).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Alguns recursantes solicitam a alteração do gabarito para a alternativa (A). Outros sugerem a anulação da questão por considerarem que todas as alternativas seriam corretas e/ou que não haveria uma alternativa "completamente certa para o enunciado".

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois a alternativa **(A)** apresentada na questão está correta, como é possível verificar em Araujo (2009, p. 110 e 115), "Algumas vantagens do processo de T&D: Ganho em competitividade; identifica os pontos fortes e fracos das pessoas e da organização como um todo; [...] reduz desperdício e retrabalho". A alternativa **(A)** apresenta uma importantíssima etapa do processo de treinamento e desenvolvimento, identificada como diagnose ou sondagem que visa levantamento das necessidades de melhoria. Segundo Araujo (2009), essa etapa consiste em levantar a situação problema e propor soluções no intuito de capacitar as pessoas e a organização a uma nova realidade. Definir os objetivos a serem alcançados pelas pessoas da organização, definir as características das pessoas que deverão participar do processo. Os programas devem estar intimamente ligados às necessidades da organização [...] os programas deverão atender a essas novas demandas (REUS, 2002).

Assim como a alternativa apresentada na letra **(B)**, refere-se a uma consequência de planejamento inadequado do programa de treinamento, no qual ao final deste processo, por exemplo, um colaborador volta a sua função de digitador, como fazia anteriormente. Seguramente a insatisfação será grande e o questionamento de sua parte inevitável, pois internalizou conhecimentos que não seriam de melhor uso num futuro próximo (ARAUJO, 2009). Além disso, (SHINYASHIKI, 1998) afirma que o processo de treinamento e desenvolvimento de pessoas somente produzirá

resultados se tiverem a possibilidade de empregar seus novos conhecimentos e habilidades na organização. Portanto, a alternativa (B) não corresponde a uma vantagem do processo de treinamento e desenvolvimento de pessoas nas organizações e sim uma limitação do mesmo.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Luís, César G. de; ADRIANA, Amadeu, Garcia. **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2a. Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

REUS, Claudete. **Proposta para implantação do programa de qualidade no serviço público**: PQSP Secretaria de Estado da Administração e Previdência 2002.

SHINYASHIKI, Roberto. **A revolução dos Campeões**. Rio de Janeiro: Gente, 1998.

QUESTÃO 33.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que as alternativas (B) e (D) estariam corretas. A seguir apresenta a argumentação teórica do recurso baseada no livro intitulado, Administração Geral e Pública (De Moreira, 2016).

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois a alternativa **(A)** está correta, como podemos verificar em Paludo (2013, p. 206) que BSC “corresponde a um sistema de avaliação de desempenho organizacional que contempla indicadores financeiros e não financeiros que fornecem uma visão equilibrada das diversas áreas da organização, com vistas a avaliar a sua efetividade”.

A alternativa **(B)** está igualmente correta, os autores consideram as quatro perspectivas como sendo um "sistema de comunicação que se traduz em um sistema de comunicação utilizado para comunicar as estratégias da organização a todos os interessados na sua implementação e monitoramento (PALUDO, 2013, p. 207)."

A alternativa **(C)**, segundo o mesmo autor, está igualmente correta, pois “são os processos internos que criam valor para os clientes, que podem aumentar a produtividade e trazer melhores resultados para proprietários e acionistas. Os indicadores devem mostrar se os processos estão alinhados, se possuem qualidade intrínseca, se estão gerando valor, e se estão direcionados à satisfação das necessidades dos clientes (PALUDO, 2013, p. 207).”

A alternativa **(D)** está incorreta. Segundo o mesmo autor, o papel da liderança é essencial na proposição dos processos [...] (PALUDO, 2013, p. 210).

Diante do exposto a alternativa a ser assinalada é a letra (D), pois está incorreta e atende adequadamente o enunciado da questão.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**: sistema de medição, de comunicação e gerenciamento estratégico. 3a. Ed. Elviezer - Rio de Janeiro, 2013.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O requerente argumenta que os itens IV e V também estariam corretos, assim a questão não possuiria alternativa correta a ser marcada.

JUSTIFICATIVA:

Analisando a questão podemos verificar que os itens I, II e III são três das quatro **condicionantes da estrutura organizacional**, portanto está correta em relação ao enunciado da questão. Por outro lado, os itens IV e V apresentam duas **componentes da estrutura** (OLIVEIRA, 2005).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 15a. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os candidatos recorrentes solicitam anulação da questão alegando que: a questão apresentaria as alternativas (C) e (D) como resposta e ainda, que a alternativa (D) não estaria incorreta. Solicita-se também a alteração do gabarito para a alternativa (C) e/ou alternativa (A).

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois a **alternativa (A)** está correta. Segundo Maximiliano (2011, p. 253) "A capacidade de liderar está intimamente ligada ao processo de motivação, em uma situação de mútua dependência [...]". A **alternativa (B)** encontra amparo no mesmo autor quando afirma que: "Se quiser desenvolver suas competências como líder, você deve entender as motivações das pessoas que pretende liderar" (MAXIMILIANO, 2001, p. 256). A **alternativa (C)** está correta, pois na mesma página citada acima, encontramos a seguinte afirmativa: "Liderança é o uso da influência não coercitiva para dirigir as atividades dos membros de um grupo [...]".

Quanto à alternativa **(D)** podemos afirmar que não está correta. Em relação à teoria dos traços, referenciado pelo requerente, Maximiliano (2011, p. 259) afirma: "Uma das formas de estudar a liderança focaliza os traços de personalidade dos líderes. As conclusões dos estudos desse tipo não têm nenhum valor de previsão. Sabe-se que os líderes têm determinados traços de personalidade. No entanto, as pessoas que têm os mesmos traços não são nem se tornam necessariamente líderes. Também não se conseguiu demonstrar que os líderes têm traços de personalidade diferentes de outras pessoas" ou que estes traços fazem parte do indivíduo desde o seu nascimento; que nasce com o indivíduo ou que seja inerente ou congênito. A liderança, segundo Douglas McGregor, "é um processo social complexo no qual interagem quatro variáveis ou componentes: motivações, tarefa e missão, líder e o contexto das relações" (MAXIMILIANO, 2011 p. 256).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAXIMILIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8a. Ed. Editora Atlas, 2011.

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O requerente solicita a alteração do gabarito da alternativa (D) para a alternativa (A), argumentando que o conceito apresentado na alternativa (A) "vem ao encontro do que é tido como equipe e não grupo".

JUSTIFICATIVA:

Ao analisar a questão, segundo Maximiliano (2011, p. 284), verifica-se que a alternativa (A) está correta. O autor afirma que: "Usando o enfoque sistêmico, vemos que as pessoas, os objetivos e outros recursos são transformados em trabalho dentro do grupo [...]". Neste caso, como o enunciado solicita a marcação: "Sobre este tema, é correto afirmar, EXCETO", não poderá ser a resposta certa. Assim como as alternativas (B) e (C), segundo o mesmo autor estão corretas.

Entretanto, a alternativa (D) apresentada na questão está errada, pois a mobilidade não ocorre nos grupos temporários e sim "a mobilidade ocorre nas equipes [...]" (MAXIMILIANO, 2011, p. 285).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAXIMILIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8a. Ed. Editora Atlas, 2011.

QUESTÃO 29.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante solicita a anulação da questão referente às técnicas de manipulação genética em plantas. Inicialmente argumenta que as técnicas de manipulação genética em plantas estão vinculadas à biotecnologia vegetal e engenharia genética e faz considerações sobre estas técnicas. Em seguida descreve a técnica de transformação mediada por agrobactérias, eletroporação e biobalística usando como referência Raven (2014).

O recursante alega que a “técnica de indução por transgênese” é um termo genérico que remete ao termo transgênese ou transferência de genes, e que esta também seria considerada uma técnica de manipulação genética. Diante do exposto acima o demandante finaliza sua argumentação solicitando a anulação da questão uma vez que todas as técnicas apresentadas são consideradas técnicas de manipulação genética.

JUSTIFICATIVA:

Os argumentos apresentados pelo recursante apresentando as diferentes técnicas de manipulação genética em plantas descritas em Evert e Eichhorn (2014) são aquelas amplamente aceitas e reconhecidas por diferentes autores, entretanto o termo “técnica de indução por transgênese” não consta na literatura como sendo uma técnica de manipulação genética, biotecnologia ou transgênese de plantas, conforme pode ser apreciado em diferentes publicações referentes ao tema (BAHADUR et. al., 2015; LUSSER et al., 2011; TSAFTARIS et al., 2000). A questão não trata de terminologia geral e sim de técnicas específicas aplicadas à manipulação genética de plantas. Desta maneira o pleito apresentado é improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAHADUR, B., MANCHIKATLA, V.R., SAHIJRAM, L. and K. V. KRISHNAMURTHY, K.V. **Plant Biology and Biotechnology**. Volume II: Plant Genomics and Biotechnology. New Delhi (India) and New York: Springer. 768p. 2015.

EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Raven Biologia Vegetal**. 8ª ed. Trad.: Jane E. Kraus. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 876p. 2014.

LUSSER, M., PARISI, C., PLAN, D. and RODRIGUEZ-CEREZO, E. **New plant breeding techniques State-of-the-art and prospects for commercial development**. JRC Scientific and Technical Report. European Commission, 2011.

TSAFTARIS A. S., POLIDOROS A. N., KARAVANGELI M., NIANIOU-OBEIDAT I., MADEISIS P., and GOUDOULA C. **Transgenic crops: recent development and prospects**. In: Biological Resource Management - Connecting Science and Policy. Eds: Balazs, E., Galante, E., Lynch, J.M., Schepers, J.S., Toutant, J.-P., Werner, D., Werry, P.A.T.J., Springer, Berlin. pp. 187-203, 2000.

QUESTÃO 35.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante alega que a questão apresenta erros de digitação em algumas palavras, o que estaria comprometendo o entendimento da questão, solicitando que a mesma seja anulada.

JUSTIFICATIVA:

Efetivamente a questão apresenta algumas falhas no processo de formatação separando algumas palavras. Entretanto, estas separações não causaram alterações que impedissem o perfeito entendimento das palavras e a interpretação da questão. Não houve a inclusão de novos caracteres ou de qualquer outro elemento que pudesse dificultar ou alterar o conteúdo da mesma, o que torna o pleito improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que a banca julga o recurso improcedente.

QUESTÃO 36.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O recursante alega que a questão apresenta erros de digitação em algumas palavras, o que estaria comprometendo o entendimento da questão, solicitando que a mesma seja anulada.

JUSTIFICATIVA:

Efetivamente a questão apresenta algumas falhas no processo de formatação separando algumas palavras. Entretanto, estas separações não causaram alterações que impedissem o perfeito entendimento das palavras e a interpretação da questão. Não houve a inclusão de novos caracteres ou de qualquer outro elemento que pudesse dificultar ou alterar o conteúdo da mesma, o que torna o pleito improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que a banca julga o recurso improcedente.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que o termo Plano Diretor Municipal seria equivalente ao termo Plano de Manejo Ambiental Urbano, uma vez que este faria parte do planejamento municipal, podendo estar contido ou não dentro do Plano Diretor. O demandante argumenta que um Plano de Manejo no Ambiente Urbano aplica-se às unidades de conservação, públicas ou privadas, rurais ou urbanas, e a modificações ambientais provocadas pelo ser humano. O postulante constrói sua argumentação com base no texto publicado no site da empresa BIOSFERA - Consultoria Ambiental (<http://www.biosferamg.com.br/arborizacao/plano-de-manejo/>).

O candidato também argumenta que o termo Plano Diretor Municipal seria equivalente ao Plano de Manejo Ambiental Urbano e que este faria parte do Plano Diretor. Logo, afirma que não existe uma afirmativa incorreta.

JUSTIFICATIVA:

Plano Diretor Urbano/Municipal e Plano de Manejo são termos com conceitos, objetivos e funções diferentes, conforme definido abaixo.

Segundo Villaça (1999) Plano Diretor é um termo de difícil definição em função das diversas definições e conceituações, não existindo uma conceituação amplamente aceita. Segundo a ABNT (1991) é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para implantação de política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. De acordo com a Constituição, o plano diretor é “instrumento básico” da política urbana (art. 182, § 1º).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>), o Plano de Manejo é um documento que deverá ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos após a criação de uma Unidade de Conservação, sendo definido como “*um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais.*”.

Já o Plano de Manejo Ambiental Urbano é um termo para o qual não se encontra definição ou referência na literatura técnica ou científica, o que torna o pleito improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NB 1350** – Normas para elaboração de plano diretor. Rio de Janeiro, 1991.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente solicita a alteração da alternativa da questão apresentando como correta a letra (C) (sazonalidade) e não a letra (D) (Monitoramento). Segundo o recorrente a sazonalidade seria uma característica inerente ao ambiente e que em ambientes não-sazonais ou com pouca sazonalidade estas variações teriam pouca relevância em um inventário. Por outro lado, o recorrente argumenta que o monitoramento é um elemento fundamental para a realização de um bom inventário, por sua importância na estimativa da riqueza de espécies em uma área, acrescentando ainda que o maior esforço amostral ou a quantidade de indivíduos coletados aumenta a chance de detectar espécies raras ou de baixa abundância na comunidade.

JUSTIFICATIVA:

Segundo Silveira et al. (2010) *“uma parcela significativa da diversidade de animais brasileiros responde positivamente às variações sazonais, e esse aspecto deve ser adequadamente contemplado nos inventários. Várias áreas no Brasil servem de ponto de repouso para espécies migratórias, por definição altamente sazonais. Inventários conduzidos em apenas uma época do ano podem deixar de fora essas espécies, que dependem dessas áreas de repouso para sobrevivência e para acumular gordura para enfrentarem o caminho de volta aos seus locais de reprodução”*, o que justifica a importância de se considerar a sazonalidade como um aspecto fundamental para realização de um bom inventário de fauna.

Inventário de fauna e monitoramento de fauna são termos com definição e objetivos diferentes. O inventário diz respeito ao levantamento das espécies enquanto o monitoramento observa a dinâmica das espécies inventariadas no tempo e no espaço. De acordo com Silveira et al., (2010) *“inventários não são programas de monitoramento. Mas, se feitos de maneira padronizada, com uma coleta de dados inteligível e organizada, tomam-se pontos de partida fundamentais para que os programas de monitoramento tenham sucesso”*.

Portanto o pleito apresentado é improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SILVEIRA, L.F., BEISIEGEL, B.M., CURCIO, F.F., VALDUJO, P.H., DIXO, M., VERDADE, V.K., MATTOX, G.M.T. e CUNNINGHAM, P.T.M. Para que servem os inventários de fauna? **Estudos Avançados** 24 (68): 173-207, São Paulo, 2010.

QUESTÃO 25.**SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.****RECURSO:**

O candidato recorrente solicita que a questão seja anulada, alegando que o gabarito da questão reforça “algumas das características das relações públicas” e que o enunciado da questão se refere a “melhor competência do profissional para lidar com o binômio empresa-cliente ao invés da área do marketing, então o caráter persuasivo do profissional de RP é essencial no relacionamento das empresas e instituições”. O requerente ainda reforça que “Além disso o profissional é um mediador entre a organização e seus públicos, o que também pode reforçar um caráter subjetivo da atividade”.

Assim sendo, o requerente pede a anulação da questão, uma vez que: “[...] a Letra A poderia ser a mais adequada para gabarito da questão, no entanto, o caráter emocional foge às características dos profissionais de relações públicas”.

JUSTIFICATIVA:

Importante destacar que o recurso é subsidiado pelo argumento das CARACTERÍSTICAS DOS RELAÇÕES PÚBLICAS. Porém, a intencionalidade da questão é apontar as CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM do profissional de relações públicas frente à complexidade das divergências e convergências das áreas em questão. A comunicação estabelecida entre os sujeitos dos grupos, nas relações postas podem ser percebidas por meio da linguagem adequada. Assim sendo, AS CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM DOS RELAÇÕES PÚBLICAS são: Informativa – tem como objetivo referenciar um objeto, uma ação, uma atividade sem o envolvimento emotivo ou subjetivo à linguagem; Racional – socializar as informações numa distribuição didática, evitando a influência de discursos hegemônicos; Objetiva – socializar a informação de forma clara, cuidadosa, sem juízo de valor; Aproximativa – estreitar as relações entre todos os envolvidos numa instituição, promovendo integração e condições de conhecimento.

De acordo com Machado Neto (2008), essas características se sustentam pela própria natureza da área de relações públicas, pertencente ao campo da comunicação social em constante diálogo com as ciências sociais.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MACHADO NETO, Manoel Marcondes Machado. Relações Públicas e Marketing: convergência entre comunicação e administração. Rio de Janeiro. Conceito Editorial. 2008.

POSTAL, Laura Casotti. Marketing de relacionamento nas redes sociais. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31816/000785577.pdf?...1>

QUESTÃO 27.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que “Sobre a gênese dos Relações Públicas, o berço da profissão que foi nos EUA teve a questão sindical acentuada. Já no Brasil a atividade esteve mais voltada, desde ao seu surgimento, à setores administrativos, e ligados ao Jornalismo, como também aos departamentos de órgãos governamentais, como foi no caso do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Governo de Getúlio Vargas”. O recorrente ainda afirma que a realidade brasileira era diversa da dos EUA, de acordo com a literatura de Afonso Pinho.

JUSTIFICATIVA:

O requerente, em sua afirmativa acima, está correto quanto ao fato que a atividade, desde seu surgimento no Brasil, esteve voltada aos setores administrativos e ligado ao jornalismo. Porém, o enunciado da questão pede O CONTEXTO VINCULADO À GÊNESE DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL, o que implica uma contextualização do cenário brasileiro. Neste sentido, tomamos a posição de Kunsch (2009, p. 15), citando Maria Nazareth Ferreira, pioneira dos estudos da comunicação operária brasileira, que afirma que:

A capital paulista estava imersa na onda sindicalista, cujo combustível era canalizado pelas páginas da imprensa operária. Trata-se de episódio emblemático por meio do qual transparece o acirramento dos conflitos entre as classes sociais do Brasil. [...] a conscientização das classes trabalhadoras resultou da ativação da vida intelectual por meio de publicações que começavam a surgir de debates sobre os problemas sociais e políticos [...]. Foi na esteira desses acontecimentos que a multinacional canadense Light & Power, hoje transformada na AES Eletropaulo, criou no Brasil, o nosso primeiro serviço de relações públicas [...].

Ainda de acordo com o autor, esse episódio ocorreu em 1914 e o serviço foi confiado ao engenheiro alagoano Eduardo Pinheiro Lobo, cuja função era harmonizar os interesses da empresa e dos seus públicos.

Quanto à posição do requerente que a situação do Brasil era diversa dos EUA, José Marques de Melo (2007), em sua obra Itinerário Comunicacional de São Paulo, discorda, afirmando que no Brasil tudo ocorreu de forma similar, sob o impacto da urbanização e da industrialização, incentivada pelos governos da república.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

KUNSCH, Waldemar Luiz. Gênese e desenvolvimento do campo profissional e acadêmico das relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M.Krohling (org.). Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques. Itinerário Comunicacional de São Paulo. São Paulo: Angellara, 2007.

QUESTÃO 38.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que “A questão refere-se as etapas FUNDAMENTAIS para a FORMULAÇÃO do plano estratégico e Gestão Estratégica não compreende etapa de formulação, porém de execução”. E indica a alternativa (C) como a mais coerente.

JUSTIFICATIVA:

A alternativa sugerida pelo requerente como a mais coerente (alternativa C) para responder o enunciado não procede, uma vez que a Gestão estratégica da comunicação organizacional SE CONSTITUI UMA DAS ETAPAS FUNDAMENTAIS para formulação do plano estratégico de comunicação. Quem confirma essa posição é Margarida Kunsch, em sua obra: Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. Na obra, a autora traz essa discussão no item intitulado “Formulação do plano estratégico de comunicação” (p. 248).

Partindo do pressuposto de que existam uma vontade política e uma decisão da administração de fazer um plano estratégico de comunicação organizacional, **consideramos que se devam levar em conta três etapas fundamentais**, contendo todas, uma ou mais fases correspondentes: 1. Pesquisa e construção de diagnóstico estratégico da organização; 2. Planejamento estratégico da comunicação organizacional; 3. Gestão estratégica da comunicação organizacional (KUNSCH, 2003, p. 248, grifo nosso).

A Gestão estratégica da comunicação organizacional é a terceira e última etapa da formulação do plano de comunicação e se refere à implementação (execução) do mesmo. Esse pensamento é sustentado por Kunsch (2003, p. 274): “Não adianta elaborar sofisticados planos estratégicos se eles não forem executados”. A execução é parte da formulação do plano e não está desassociado do processo, uma vez que implica em mudanças de atitudes e de comportamento dos sujeitos envolvidos. E isso deve ser tomado como uma estratégia e uma preocupação desde o início da discussão/formulação do plano. Ainda de acordo com a autora, essa etapa considera as seguintes fases: divulgação do plano; implementação; controle das ações e avaliação dos resultados.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que a questão deve ter como resposta a alternativa (B), argumentando que “O termo “DEVE SER”, introduzido na alternativa (D) (considerada correta pelo gabarito preliminar), pressupõe que não existe outra maneira”. O recorrente alega incoerência, tomando como base a exposição de Kunsch (2003, p. 207), ao citar Koontz e O'Donnell (1982, p. 85): “O planejamento, por ser um processo intelectual, pelo qual se determinam conscientemente os cursos de ação, faz com que as decisões tenham sempre como referência os objetivos, os fatos e que as estimativas sejam estudadas e analisadas”.

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão deixa claro que se trata do trabalho de relações públicas na GESTÃO da POLÍTICA de responsabilidade social. A fase da gestão já implica um trabalho realizado anteriormente de sensibilização e comprometimento da alta administração da empresa, tendo como referência os objetivos organizacionais, quanto à política a ser implementada na organização. Todos os processos políticos, inclusive os organizacionais, afetam indivíduos ou grupos organizados, gerando, de acordo com Kunsch (2003), “[...] controvérsia, confrontações, crises e conflitos sociais, que acontecem no ambiente do qual a instituição faz parte”. Isso implica considerar que o profissional de relações públicas precisa tomar essas políticas como objeto de negociação, cujos impactos precisam ser compreendidos por parte dos envolvidos no processo como úteis e compatíveis com o cenário da organização.

Esse processo é de longo prazo, pois requer uma formação para novos comportamentos e cultura. Neste contexto, DEVE ser integrada ao planejamento de longo prazo e à estratégia geral da empresa (alternativa D), o que não implica romper com o processo intelectual que determina conscientemente os cursos de ação, natureza do planejamento. Essas devem ser estudadas e analisadas, conforme afirma o requerente, citando Kunsch (2003). Isso posto, e com base na autora, é imprudente a implementação de imediato de ações oriundas de meras discussões e vontades.

Quanto à posição do recorrente que “[...] é mais coerente que a alternativa B seja a correta”, ainda com base na autora, não procede, uma vez que: a política de responsabilidade social deve ser tomada como um modelo de gestão, mudança de conceito e compromissos empresariais e não uma ação social pontual com o objetivo de diminuir as pressões da sociedade civil, isso se tornaria um mecanismo de compensação e não uma política. Ações pontuais se perdem com o tempo e podem não se constituir um compromisso empresarial.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). Obtendo resultados com Relações Públicas. 2a ed. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2006.

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que as alternativas (B) e (C) estariam incorretas. Argumenta que “[...] torna-se errada a alternativa B onde afirma que as funções básicas: Amparam PERMANENTEMENTE as diretrizes da empresa. Vimos que isto não é verdade, uma vez que se os objetivos e diretrizes forem de encontro com a ética profissional do Relações Públicas e com os interesses da comunidade, as funções básicas não devem amparar tais diretrizes”. Solicita-se a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com Waldyr Gutierrez Fortes (2003, p. 48), as funções básicas de relações públicas têm caráter estratégico, pois:

[...] suportam os relacionamentos estabelecidos para bem situar a organização perante seus públicos e ambientes. Incrementar essas funções consigna às Relações Públicas uma ativa participação no processo estratégico das organizações, entendendo que devem ser consequentes, ter objetivos minuciosos e amparar permanentemente as diretrizes da empresa.

Compreendemos que todo trabalho de relações públicas, enquanto à aplicação de suas funções, deve ser pautado na ética profissional, inclusive no amparo permanente das diretrizes da empresa. Isso posto, não justifica a colocação do requerente.

A resposta correta é a alternativa (C), uma vez que NÃO se pode afirmar que as funções de relações públicas “São agrupadas juntas com as fases do processo de relações públicas em momentos correlatos **que se confundem** na aplicação das ações estratégicas”. De acordo com Waldyr Gutierrez Fortes (2003, p. 48), as “[...] funções básicas são agrupadas em [...] momentos correlatos **e não se confundem** [...]”. Isso implica afirmar, com base no autor, que a natureza das funções, em seus movimentos, pressupõe um processo dinâmico e contínuo, em constante diálogo, mas pontual e claro enquanto funções.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo: Summus, 2003.

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato recorrente alega que a alternativa (B) também estaria correta e solicita sua anulação. Justifica que encontrou no site do Sebrae informações sobre características importantes para o comportamento do empreendedor. Destaca ainda, citação de Paulo Sertek sobre o potencial empreendedor. Por fim, tenta ratificar a pergunta fazendo a seguinte ponderação: “A questão 23 pergunta qual a alternativa CORRETA em relação às habilidades e aos recursos que o Empreendedor pode e deve fazer”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois o questionamento feito não se refere às características do empreendedor, e sim, ao que um empreendedor pode fazer quando é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades, itens que compõem o espírito empreendedor.

Chiavenato (2004, p. 5) explora em sua obra, o seguinte texto: Na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. O autor explora ainda que com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. O autor conclui que, o empreendedor por ter criatividade, e um alto nível de energia, demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2004.

QUESTÃO 24.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os recursantes justificam outras formas de características do empreendedor. Justifica-se que Dornelas (2001) não aponta que necessidade de realização não seja uma característica do empreendedor. Solicita-se ainda, o reconhecimento da percepção de mercado como uma opção para retificação da questão, sob justificativa que percepção de mercado se equivale à visão futura, característica essa, que segundo o recurso, é sugerida por Dornelas (2001). Argumenta-se ainda que, “em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor: Iniciativa para criar/innovar e paixão pelo o que faz; Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive e Aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar”.

Também se reivindica que o item percepção de mercado seja aceito como uma característica do empreendedor. São apresentados dois autores que supostamente aceitariam esse item como uma característica, a saber: Filion e Dolabela (2000) e Birley e Musyka (sem referência completa).

JUSTIFICATIVA:

Em nenhuma das justificativas, os recursantes apresentaram fundamentos com o item “percepção de mercado” para ser reconhecido como uma característica do espírito empreendedor. O que os recursantes justificaram, e apresentaram, são fragmentos ou entendimentos próprios sobre a necessidade de incorporação do item. Dolabela reúne uma série de elementos que, juntos, podem oferecer o entendimento que o empreendedor deve conhecer o negócio onde está empreendendo, e não menciona “percepção de mercado” como uma característica para espírito empreendedor. Ao passo que, Chiavenato (2004) reconhece que o tema é complexo, e reconhece o debate, entretanto evidencia três características básicas para identificar o espírito empreendedor, que são elencadas na alternativa (A).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2004. p 6.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os recursos apresentados, de maneira geral, questionam o motivo pelo qual a Visão da organização tenha sido excluída das opções da questão como correta. Em suma, os candidatos que pleitearam a reavaliação da questão apresentaram autores que inserem esse elemento nas etapas para elaboração do Planejamento Estratégico. Solicita-se a anulação da questão por considerar que a alternativa (D) estaria correta e/ou por inexistência de alternativa correta.

JUSTIFICATIVA:

As fases apresentadas na questão estão embasadas em Oliveira (2010). Nesta obra o autor não exclui a Visão organizacional das etapas para elaboração do Planejamento Estratégico. O autor insere esta etapa dentro da Fase I - Diagnóstico Estratégico. Nessa primeira fase, o autor insere as etapas: Visão Organizacional, Valores, Análise Externa, Análise Interna e Análise dos Concorrentes. Portanto, a Visão Organizacional não é uma Fase para a Elaboração do Planejamento Estratégico, e sim, uma Etapa.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias e Práticas**. São Paulo: Atlas, 2010. p 42-43.

QUESTÃO 34.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

O candidato questiona a mesma nomenclatura dada para Benchmarking funcional e Benchmarking genérico. Apresenta a referência de Dias (2008) separando os conceitos, entretanto, conclui a solicitação de anulação da questão com a seguinte frase: "Portanto não há uma diferença entre o Benchmarking genérico e o funcional, não podendo serem considerados como uma única espécie de Benchmarking".

JUSTIFICATIVA:

Em Araujo (2011) ficam evidentes três tipos de Benchmarking. O Benchmarking interno é conceituado como aquele cujas atividades são similares em diferentes locais, departamentos, unidades operacionais, países etc. O Benchmarking competitivo que está relacionado a concorrentes diretos, vendendo para uma mesma base de clientes e, por fim, o Benchmarking funcional ou genérico: aquele cujas organizações são reconhecidas como tendo os mais avançados produtos/serviços/processos.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Luis César G. de Araújo. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2011. p 200.

QUESTÃO 36.

SITUAÇÃO: Recurso Improcedente.

RECURSO:

Solicita-se a anulação da questão, argumentando que a alternativa V (Brainstorming) seria verdadeira. A referência Cruz (2009) foi apresentada como justificativa.

JUSTIFICATIVA:

O Brainstorming é conhecido como uma técnica de dinâmica de grupo que visa explorar a criatividade e o potencial de participação dos membros de uma organização. É uma técnica usual para levantar ideias sobre determinado assunto, ou discutir alternativas para tomada de decisão. Neste contexto ele não é aceito como uma ferramenta. Ferramenta no contexto da qualidade são instrumentos que promovem a diminuição de erros, e melhoria no desempenho.

Araújo (2011) evidencia algumas ferramentas da gestão da qualidade como: Gráfico de Barras, Diagrama de Causa e Efeito, Folha de Verificação, Gráfico de Controle, Fluxograma, Histograma, Diagrama de Pareto, Diagrama de Dispersão e Diagrama de Linha de Tempo.

O mesmo autor apresenta o Brainstorming como uma técnica. O Brainstorming possui sua importância e relevância para a Gestão da Qualidade, mas não no âmbito ferramental.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Luis César G. de Araújo. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 233-242.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: Recursos Improcedentes.

RECURSOS:

Os recursantes solicitam a anulação da questão. Argumenta-se que a afirmativa III (Organograma Retangular) seria considerada como correta. Justifica-se que esse organograma é compreendido como sinônimo do Organograma Clássico. Questiona-se ainda, o uso do termo “técnicas” para elaboração do organograma, citando Ernest Dale (1995).

JUSTIFICATIVA:

O organograma Clássico é aceito, e reconhecido pela sua utilidade, e sua contribuição para as organizações, entretanto, em Araujo (2011) o organograma clássico é classificado como estrutural, assim como os organogramas: tradicional, vertical, horizontal, linear entre outros. A bibliografia não aborda o organograma retangular como organograma clássico, nem como organograma estrutural.

Por fim, um dos requerentes apresenta questionamentos quanto à argumentação do termo “técnica” para elaboração do organograma. A justificativa apresentada não respalda o questionamento contra a terminologia “técnica”. Foi apresentado, na justificativa, um contexto para elaboração do organograma, o que não desmerece o termo “técnica”. Os autores apresentados como respaldo contribuem para o entendimento da construção do organograma, e não um contraponto ou discordância da existência, ou não existência, do termo “técnica”. Além do quê, em Araujo (2011) é claro o termo “técnicas de elaboração” que está contido dentro do item formulação de organograma. Para elucidar melhor, as técnicas apresentadas pelo autor são: Estrutural, dividida em: Clássica, comitê, hierárquico, hierárquico-consultivo, hierárquico-funcional, linear, em linha, em linha e estado-maior, militar, misto, tradicional e vertical; circular ou radical; funcional; estrutural-funcional e matricial.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Luis César G. de Araújo. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2011. p 166 a 172.